

23. Outras Despesas Operacionais

	2º semestre		31/12/2020		31/12/2019	
Fee sobre transações de pagamento	14.344	25.308	20.057			
Perdas operacionais	1.023	2.122	2.300			
Despesas da emissão de cartão	1.443	2.707	3.940			
Provisão para contingências	950	1.861	1.100			
Variação cambial	1.339	1.648	614			
Outras despesas operacionais	863	1.698	2.341			
Total	19.962	35.344	30.352			

24. Resultado Não Operacional

No primeiro semestre de 2019, a Super vendeu para o Banco Santander Chile, um software desenvolvido internamente no valor de USD 1,7 milhões (R\$ 6,4 milhões). A venda foi efetuada com o parcelamento em 5 vezes, sendo a primeira de 70% no momento da aquisição (onde foi recebido de imediato 35% e os 35% restantes serão pagos quando o software for lançado no mercado Chileno), e os 30% remanescentes parcelados em 4 vezes. O custo do desenvolvimento registrado no ativo intangível foi de R\$ 1,5 milhões. Dessa forma, a Super reconheceu uma receita de R\$ 4,9 milhões referente a esta transação, assim como a transação foi classificada como resultado não recorrente, de acordo com a Resolução 2 do Bacen.

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	(16.222)	(16.222)	7.987	7.987
Adições temporárias	4.002	11.267	3.678	3.678
Exclusões temporárias	(3.678)	(12.986)	(1.695)	(6.863)
Despesas indutíveis	5.525	289	5.824	9.309
Lucro real tributável	(10.373)	(17.652)	15.794	14.111
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	(4.738)	(3.500)
Imposto de renda (15%)	-	-	1.658	-
Imposto de renda adicional (10%)	-	-	1.082	-
Contribuição social (9%)	-	-	-	(954)
Dedutibilidade de PAT	-	-	(65)	-
Total de despesa com imposto corrente	-	-	(2.863)	(954)

Aos Administradores e Acionistas

Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações

Base de ativo fiscal diferido

Ativo de imposto de renda diferido

Despesa de imposto de renda diferido do exercício

Total de imposto de renda e contribuição social

26. Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Super aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

As instituições integrantes do Conglomerado Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

27. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Os acionistas e administradores da Super consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações.

A Super, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do Bacen entre elas a Circular 3.681 de 2013, a Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. tem o gerenciamento dos riscos:

I - Risco de liquidez - O Gerenciamento do Risco de Liquidez cumpre os requisitos da Circular Bacen 3.681/13, que determina o depósito compulsório de 100% do saldo em moeda eletrônica. A política de gestão do risco de liquidez visa a assegurar que os riscos que afetam a realização das estratégias e de objetivos estejam continuamente avaliados. Estabelece ferramentas necessárias para sua gestão em cenários normais ou de crise.

II - Risco de crédito - Tendo em vista que a Super não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma.

III - Risco de mercado - A Super emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais.

IV - Risco operacional - A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

possíveis riscos operacionais da Super, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avaliação, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

28. Eventos Subsequentes

1. A Super, em conjunto com o Banco Santander - Instituição líder do Conglomerado Santander Brasil - monitorando os efeitos da pandemia resultante da propagação da COVID-19, que afetam suas operações e que possam atetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

A Super mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas da Covid-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Até a data desta divulgação, a Super não identificou impactos que requeiram provisões adicionais.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

2. Em janeiro de 2021 ocorreu um incidente operacional na Plataforma Superdigital, ocasionando indisponibilidade do uso do aplicativo por algumas horas.

A Super atuou na solução desse incidente, e todas as funcionalidades foram reestabelecidas. A administração da Super está em processo de apuração das eventuais perdas ocorridas em decorrência deste evento.

3. Em fevereiro de 2021 a Super recebeu dois novos aportes de capital no montante total de R\$ 6.757. O primeiro aporte foi aprovado pelo Bacen em 18 de fevereiro e o segundo está em fase de aprovação.

DIRETORIA

Ezequiel Oscar Archiprete - CEO

Fabio Fernando Almendros - CFO

Ana Flávia Rodrigues - Contadora - CRC 322213/O-8

deteção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de março de 2021